

Efeitos colaterais do produtivismo acadêmico na pós-graduação

As principais revistas brasileiras da área da Saúde Coletiva têm experimentado acelerado incremento no número de submissões de artigos novos nos últimos anos. No caso de *Cadernos de Saúde Pública*, houve um aumento de 531 para 1.279 submissões nos últimos cinco anos (2003-2008), ao mesmo tempo em que a taxa de aceite caiu de 43% para 27%. Esse aumento reflete não apenas a ampliação do campo científico nacional como também as políticas de financiamento da pesquisa e a expansão da pós-graduação em Saúde Coletiva.

Como qualquer processo tão amplo e complexo, há aspectos que, em nossa opinião, merecem melhor reflexão. Há evidências de que, pelo menos em parte, o aumento nas submissões é também devido a certas práticas recém-adotadas pelos programas de pós-graduação face à pressão de publicação. Entre elas está a de exigir que alunos que estejam em vias de concluir o mestrado, para agendarem suas defesas, ou mesmo receberem seus diplomas, encaminhem artigo para publicação.

Não se espera que, *necessariamente*, toda dissertação de mestrado constitua pesquisa original e menos ainda que toda dissertação de mestrado resulte em artigo publicado. Vale lembrar o famoso parecer Sucupira, de 1965, que estabeleceu as bases da pós-graduação no Brasil: “*Do candidato do mestrado exige-se dissertação... que revele domínio do tema escolhido e capacidade de sistematização; para o grau de doutor requer-se defesa de tese que represente trabalho de pesquisa importando em real contribuição para o conhecimento do tema*” [Rev Bras Educ 2005; (30):162-73].

A nosso ver, a prática de condicionar a conclusão do curso de mestrado à comprovação de submissão de um artigo é problemática em vários sentidos. Sobretudo, há o ponto de se demandar um desdobramento (sob a forma de artigo) a partir de um exercício acadêmico (dissertação de mestrado) que, do ponto de vista conceitual, não é originalmente/necessariamente destinado para tal. O aumento do número de submissões de artigos baseados em estudos pontuais de interesse local ou de textos pouco originais e de baixa relevância científica adiciona pressão extra a já sobrecarregada rotina de editores e consultores.

A avaliação de artigos com vistas à publicação envolve uma complexa articulação entre editores, secretaria das revistas e consultores *ad hoc*. Tal sistema vive presentemente no limite de sua capacidade de responder, face às múltiplas e sucessivas demandas de pareceres não apenas dos periódicos como também das agências de fomento. A comunidade da Saúde Coletiva brasileira, ainda que vicejante e em contínua ampliação, tem tido dificuldade para fazer frente à enorme demanda.

A quase totalidade das pesquisas realizadas pelos programas de pós-graduação em Saúde Coletiva é oriunda de fundos públicos. Divulgar as pesquisas, via publicação, é um compromisso de ordem acadêmica e social. Não obstante, as exigências de produção de artigos, capítulos e livros não devem atropelar princípios importantes, e ao mesmo tempo a comunidade deve estar atenta para as implicações sobre os veículos de publicação.

É de relevância inquestionável aumentarmos a visibilidade das pesquisas em Saúde Coletiva. As principais revistas brasileiras têm realizado grande esforço para atender à crescente demanda editorial, sempre atentas ao tênue equilíbrio entre quantidade e qualidade. Igualmente importante é a conscientização das partes envolvidas acerca da importância de se assegurar a melhor qualidade possível dos trabalhos submetidos para avaliação.

Carlos E. A. Coimbra Jr.

Editor